

REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJS

Objetivo Geral

Capacitar os participantes a aplicar, no exercício de suas funções, os dispositivos legais que regem as relações funcionais entre o servidor público estadual e a Administração Pública, fundamentados em expressas regras constitucionais, estatutárias, bem como nas regras constantes em legislações esparsas e nos atos normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e da Administração Pública Estadual.

Objetivos Específicos

Capacitar os participantes a aplicar no exercício de suas funções as regras inseridas:

- Na Constituição Federal;
- Na Constituição Estadual;
- No Estatuto do Servidor Público Civil do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei 220/75 e seu Regulamento - Decreto 2479/79);
- Na Lei 4620/05 – Plano de carreiras do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça dos Serviços Judiciais;
- Nos atos normativos do Tribunal de Justiça.

Metodologia

Aulas expositivas com apresentação de textos legais, uso de apostila e debate de casos hipotéticos para melhor assimilação do conteúdo programático.

Conteúdo Programático

- Regimes de Contratação Administrativa:
 - Regime estatutário;
 - Regime trabalhista;
 - Regime temporário.
- Provimento de Cargo Público: Nomeação, Promoção, Reintegração, Recondução, Aproveitamento, Readaptação;
- Vacância;
- Servidores do Poder Judiciário:
 - Lotação e remoção;
 - Desenvolvimento funcional;
 - Direção de serventia judicial;
 - Horário de trabalho;
 - Direitos e Vantagens:
 - Estabilidade;
 - Férias;
 - Licenças;
 - Concessão;

- Remuneração.
- Regime Disciplinar:
 - Responsabilidade do servidor;
 - Deveres;
 - Proibições;
 - Acumulação de cargos.
- Responsabilidade Disciplinar:
 - Penalidades administrativas;
 - Autoridade competente;
 - Prescrição.
- Apuração da falta funcional:
 - Suspensão Preventiva;
 - Sindicância;
 - Processo Administrativo Disciplinar;
 - Abandono de cargo.
- Revisão do Processo Disciplinar;
- Direito de Petição:
 - Recursos Administrativos;
 - Prescrição.

Referências Bibliográficas:

ALEXANDRINO, Marcelo. *Direito Administrativo Descomplicado*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012;

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 25ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CHAVES, Marcelo Pinto. *Comentários ao regime jurídico dos servidores civis do Estado do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. *Servidor Público na Atualidade*. 1ª Ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2009.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 16ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PESSÔA, Claudete e Raquel Stasiaki. *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro. Legislação estatutária comentada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

Constituição Federal, art. 7º; art. 37 ao art. 41; art. 169;

Estatuto dos Servidores Estaduais: Decreto-Lei 220/75 e Decreto 2479/79;

Lei Estadual/RJ nº 4620/05;

Lei Estadual/RJ nº 5427/09;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça dos Serviços Judiciais: arts. 132 a 137, arts. 150 a 156;

Ato Normativo TJ 03/2009

Aviso CGJ 427/2007

Aviso CGJ 498/2010

Lei Complementar Estadual 96/2001

Provimento CGJ 82/2009

Carga horária: 20 horas

<p>Data: 18/03/2014</p> <p>Revisão: 03</p> <p>Total de páginas: 02</p>
